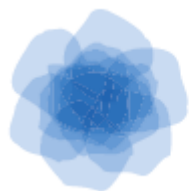


Nuno Severiano Teixeira
Ministro da Defesa Nacional

Intervenção de abertura de S. Exa.
o Ministro da Defesa Nacional na Reunião Informal
dos Ministros da Defesa da UE

Évora, 28 de Setembro de 2007

Apenas o texto proferido faz fé
Check Against Delivery
Seul le texte prononcé fait foi
Es gilt das gesprochene Wort



PORTUGAL 2007

Reunião Informal dos Ministros da Defesa da UE

28 Setembro 2007

INTERVENÇÃO DE ABERTURA DE S. EXA.

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

O actual contexto de segurança internacional exige uma resposta da Comunidade Internacional e, claro, dos Estados europeus e da União Europeia. E essa resposta, cuja urgência nenhum responsável político pode, hoje, negar, implica atribuir uma nova prioridade estratégica à segurança e à defesa, quer no plano interno dos Estados nacionais, quer no processo de construção europeia.

É inegável que a PESD desempenha um papel fundamental na afirmação da União Europeia como actor global. Em sete anos, e sempre com um apoio consistente das opiniões públicas europeias, a PESD desenvolveu-se através de passos prudentes, mas sólidos. Criou instituições, esboçou doutrina, criou capacidades e dispõe de um conjunto de forças com credibilidade para intervir rapidamente em situações de crise. Sempre numa base de complementaridade com a Aliança Atlântica.

Partimos para esta reunião com o entendimento muito claro de que cabe à União Europeia e, neste caso, aos seus Ministros da Defesa, trabalhar e convergir para posições fortes e coerentes na resposta a crises e no contributo a dar para a segurança internacional.

O futuro dos Balcãs é de extrema importância para a União Europeia. Não devemos, todavia, encarar a situação na Bósnia-Herzegovina como um dado adquirido. Devemos continuar atentos e activos.

Os Balcãs, e, em particular, o Kosovo, estão hoje no centro das nossas atenções. É necessário que seja encontrada uma solução aceitável e viável quanto ao estatuto do Kosovo; acompanhamos atentamente e apoiamos o processo negocial em curso.

Não existem grandes alternativas a uma solução negociada e todos os nossos esforços devem centrar-se no apoio às negociações, visando a melhor solução: um acordo.

A União Europeia tem um papel central a desempenhar nesta matéria. Está pronta para agir e terá um lugar de destaque na implementação do estatuto que vier a ser acordado. Tudo isto prevendo, naturalmente, a mais estreita colaboração com os demais actores internacionais envolvidos, nomeadamente a Aliança Atlântica e as Nações Unidas.

Quer previsivelmente no Kosovo, quer actualmente no Afeganistão, a cooperação com a NATO revela-se prioritária e central. O sucesso das missões PESD da União Europeia e das operações da NATO é interdependente e mutuamente vantajoso. Nenhuma organização se pode dar ao luxo de falhar; por isso a nossa cooperação afigura-se não só muito benéfica como indispensável. Não me refiro apenas aos aspectos operacionais, no terreno, mas também à cooperação institucional e estratégica que deve enquadrar, sem hiatos nem lacunas, a nossa actuação, complementar e sinérgica.

Aproveito para, desde já, saudar a participação nos nossos trabalhos do Secretário-geral da NATO, Jaap de Hoop Scheffer.

A cooperação estratégica entre a União Europeia e África não é apenas uma prioridade da Presidência Portuguesa. É uma prioridade de toda a União Europeia.

A segurança e o desenvolvimento em África têm de ser encarados como um empreendimento conjunto entre a Europa e África, de forma a garantir um futuro melhor e mais seguro para todos.

Hoje debruçamo-nos sobre operações e missões, no Sudão/Darfur, no Chade e República Centro-Africana. Devemos encarar a situação na região do Darfur de uma forma abrangente e integrada, prestando atenção à sua envolvente regional. Em particular, abordaremos a futura missão PESD no Chade e República Centro-Africana, no quadro de uma cooperação mais vasta entre a União Europeia e as Nações Unidas.

África estará também em destaque amanhã. Teremos connosco Albert Da-Pah, o ministro da Defesa da República do Gana, país que detém a Presidência da União Africana. Conto, naturalmente, com um troca de impressões sobre o diálogo UE-África, tendo presente o apoio que a União Europeia presta não só aos processos de paz naquele continente, mas também ao reforço das capacidades africanas.

Também o Mediterrâneo não é apenas um prioridade da Presidência Portuguesa, já que constitui, há muito, uma dimensão prioritária da PESC. Temos uma agenda de interesses e desafios comuns, em matéria de Segurança e Defesa. As duas margens do Mediterrâneo, e a região mediterrânica no seu todo, só tem a ganhar com as potencialidades de cooperação nesta área.

Neste contexto, é com satisfação que contaremos amanhã com os Ministros da Defesa da região do Magreb [Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia], com quem vamos abordar a PESC vis-a-vis o Mediterrâneo, tendo em conta a existência de um quadro de cooperação designada por «Iniciativa 5+5», que julgo útil ao nosso diálogo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Há um longo caminho a percorrer. Julgo que podemos estar satisfeitos com os resultados obtidos na PESC, mas queremos mais. Devemos, assim, reconhecer os progressos alcançados, bem como o facto de a PESC não ter sido posta em causa pelos recentes momentos de crise de reforma institucional vividos no seio da UE. Por outro lado, a PESC mantém-se como um factor dinamizador de consensos.

Tal como referi de início, a defesa europeia tem de ser considerada uma prioridade estratégica. E essa prioridade só pode ser concretizada se os Estados membros demonstrarem uma vontade política clara e determinada.

Porque a defesa europeia pode e deve ser um catalisador indispensável da integração europeia. O futuro da Europa exige que a União Europeia assuma as suas responsabilidades e, para tal, não pode deixar de considerar a dimensão militar.

Porque uma Política Externa de Segurança Comum credível precisa de uma Política Europeia de Segurança e Defesa eficaz. E esta só o será se tiver uma capacidade militar e de defesa autónoma.